

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo: 23.963/19-e

Rubrica: _____

Processo nº: 23.963/19-e**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF**Assunto:** Representação

Ementa: Representação nº 34/2019-GP2P, formulada pelo Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, versando sobre a existência de possíveis irregularidades no Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF, consistentes na ausência de publicidade e transparência dos atos praticados por esse instituto, notadamente no que tange aos procedimentos de contratação/compras e de gestão de pessoal. **Nesta fase:** análise de admissibilidade. **Unidade Técnica** pugna por conhecer da representação e conceder prazo para que a SES/DF e o IGESDF apresentem as considerações que entenderem pertinentes quanto ao teor da exordial. **Voto convergente.**

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Representação nº 34/2019-GP2P, formulada pelo Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, versando sobre a existência de possíveis irregularidades no Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF, consistentes na ausência de publicidade e transparência dos atos praticados por esse instituto, notadamente no que tange aos procedimentos de contratação/compras e de gestão de pessoal.

Na análise de admissibilidade que lhe incumbe, a Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp, tendo em conta a Informação nº 70/2019-3ªDiasp, tece os apontamentos que se seguem:

| 1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO | |
|--|---|
| Representante: | Representação nº 34/2019 – GP2P, formulada pelo Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima (Peça n.º 3, e-DOC 9F20404C-e). |
| Teor da Representação: | <p>Trata-se da Representação nº 34/2019 – GP2P, formulada pelo Ministério Público junto a este Tribunal com o objetivo de informar a esta Corte de Contas sobre a ausência de publicidade e transparência dos atos realizados pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF, notadamente no que tange aos procedimentos de contratação/compras e de gestão de pessoal realizados pelo Instituto.</p> <p>2. O IGESDF foi instituído após aprovação da Lei Distrital 5.899, de 03/07/2017, a qual autorizou o Poder Executivo a criar o Instituto Hospital de Base do Distrito Federal – IHB-DF como serviço social autônomo, “pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, com o objetivo de prestar assistência médica qualificada e gratuita à população e de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e gestão no campo da saúde, em cooperação com o Poder Público”.</p> |

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo: 23.963/19-e

Rubrica: _____

1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO

3. Posteriormente, por meio da Lei Distrital 6.270, de 30/01/2019, o IHBDF teve sua nomenclatura alterada para Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF.
4. Conforme o Representante, a Lei Distrital 5.899/2017, prevê, em seu art. 2º, incisos III, VI, IX, XII, que assim como o contrato de gestão, os procedimentos de admissão de pessoal e de aquisição, contratação e alienação realizados pelo IGESDF devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.
5. Aduz, ainda, o *Parquet* que os dispositivos da Lei Distrital 4.990/2012, que regula o acesso a informações no âmbito do DF, se aplicam ao IGESDF, considerando: a forma de instituição, a natureza pública dos recursos geridos, a finalidade pública do Instituto e a expressa previsão de obediência ao princípio da publicidade contida nos normativos relativos a sua criação (Leis Distritais 5.899/2019 e 6.270/2019).
6. A despeito dos preceitos legais, o Representante relata que o IGESDF não tem efetuado a adequada transparência e publicidade de seus atos, apresentando os seguintes fatos:
- as despesas do IGESDF não estão registradas nos portais de transparência, compras governamentais e SIGGO, de forma que o endereço eletrônico do Instituto é a única fonte de informação da aplicação dos recursos repassados, os quais possuem previsão anual de R\$ 994.766.725,00 (novecentos e noventa e quatro milhões, setecentos e sessenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco reais);
 - o MPJTCDF verificou a existência de aproximadamente 180 Atos Convocatórios, 200 Pedidos de Cotação, 360 Inexigibilidades/Dispensas relativos ao ano de 2018, e cerca de 140 Estimativas, 40 Atos Convocatórios, 03 Credenciamentos, 70 Dispensas e 1 Inexigibilidade no ano de 2019. No entanto, observou que as compras foram divulgadas de forma desordenada, sem obedecer a uma sequência numérica e ordem cronológica, além de não conterem uniformidade de informações;
 - a pesquisa, por amostragem, no sítio eletrônico do IGESDF, realizada pelo Representante, indicou que alguns links oferecidos remeterem a páginas não encontradas, bem como não apresentaram o respectivo resultado em itens finalizados;
 - restou constatado, ainda, que, nos poucos relatórios que foram divulgados, havia algumas cotações/atos convocatórios em que não foi possível visualizar as empresas participantes, com seus respectivos CNPJs, nem suas propostas, eventuais desclassificações e empresas vencedoras;
 - de modo semelhante, relatou o Representante que: *“as tabelas disponibilizadas no campo “Pagamentos”, embora façam referências aos credores, não identificam o respectivo contrato ou número do processo de seleção do fornecedor. Destaca-se também que, na mesma Tabela, estão inseridas despesas com Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho individuais e por grupo de funcionários, com valores significativos, sem o correspondente cargo e motivo da rescisão”*;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.963/19-e

Rubrica: _____

1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO

- consignou, por fim, que os procedimentos de contratação e de pagamento não possuem numeração de modo a permitir a identificação dos feitos a serem eventualmente requisitados pelos órgãos de controle.
- 7. Ainda, o MPJTCDF aponta que as irregularidades constatadas em sua pesquisa relativas à transparência e publicidade dos atos por parte do IGESDF não somente infringem os dispositivos legais supra mencionados, como atentam contra o art. 5º, inciso XXXIII¹ da Constituição Federal.
- 8. Nesse sentido, concluiu o MPJTCDF que a maneira como as informações estão disponibilizadas no endereço eletrônico do IGESDF não atende os princípios da publicidade e transparência, bem como dificulta o exercício do controle social e do controle externo a cargo desta Corte de Contas.
- 9. Informou, portanto, que foi encaminhada a Representação 34/2019 com a seguinte finalidade:

“(…) o MPC/DF representa, a fim de que o Tribunal determine ao Instituto que promova alterações no respectivo endereço eletrônico, de forma a atender de maneira objetiva os princípios da publicidade e transparência, sobretudo relacionado:

 - (1) Organização das Compras/Contratos por ano;
 - (2) Numeração autos próprios para cada um dos procedimentos do Instituto, tais como: Ato Convocatório, Pedido de Cotação, Inexigibilidade, Dispensa, Credenciamento, Estimativa ou outra modalidade de seleção de fornecedores que venha a receber nome diferente, bem como dos respectivos processos de faturamento;
 - (3) Relatórios mensais com receitas (contendo informação de saldos em conta/aplicação bancária) e despesas, bem como documentos fiscais e valores de produtos e serviços adquiridos, para cada uma das unidades de saúde abrangidas pelo Instituto;
 - (4) Relação, para cada credor/fornecedor, do número do respectivo processo de seleção (Ato Convocatório nº/ano, Pedido de Cotação nº/ano, Credenciamento nº/ano, Inexigibilidade nº/ano, Dispensa nº/ano, Estimativa nº/ano) bem como do produto, do valor unitário e da quantidade adquirida;
 - (5) Discriminação de pagamentos por credores/fornecedores, de cada Unidade de Saúde, constando número do respectivo processo de seleção (Ato Convocatório nº/ano, Pedido de Cotação nº/ano, Credenciamento nº/ano, Inexigibilidade nº/ano, Dispensa nº/ano, Estimativa nº/ano) bem como o produto, o valor unitário e a quantidade adquirida;
 - (6) Resultados dos Processos Seletivos para contratação de pessoal, constando, para cada Edital, relação com nome completo e CPF dos aprovados e convocados, com a respectiva pontuação em cada etapa do processo seletivo;”
- 10. Desta feita, requereu ao Tribunal:

“(…) requer o MPC/DF que a Representação seja conhecida, vez que cumpridos os requisitos regimentais, e concedido prazo a Jurisdicionada para que apresente

¹ “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)”

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.963/19-e

Rubrica: _____

1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO

| | |
|--|--|
| | esclarecimentos acerca dos fatos narrados nesta peça.” |
|--|--|

2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

| Todos os legitimados devem atender aos seguintes requisitos: | S/N/NA | Observação: |
|---|--------|---|
| 2.2.1 - A representação trouxe caracterização circunstanciada da situação (inciso I do § 2º do art. 230 do RITCDF)? | SIM | |
| 2.2.2 - A representação foi redigida em linguagem clara e objetiva (inciso II do § 2º do art. 230 do RITCDF)? | SIM | |
| 2.2.3 - A representação está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada, apresentando, sempre que possível, a indicação dos princípios constitucionais, dispositivos legais ou regulamentares violados e o potencial impacto lesivo do ato inquirido (inciso III do § 2º do art. 230 do RITCDF)? | SIM | A Representação indica violação aos princípios da publicidade, transparência e moralidade, bem como ao art. 5º da Constituição Federal; art. 2º, incisos III, VI, IX, XII da Lei Distrital 5.899/2017, art. 2, § 2º da Lei Distrital 6.270/2019 e à Lei Distrital 4.990/2012. |
| 2.2.4 - A representação tem enquadramento da matéria nas competências do Tribunal (inciso IV do § 2º do art. 230 do RITCDF)? | SIM | A fiscalização das irregularidades mencionadas na Representação é de competência deste Tribunal, conforme art. 1º, incisos VII, X, XIV da Lei Complementar 1/94 – Lei Orgânica do TCDF ² . |
| 2.2.5 – As informações trazidas apresentam verossimilhança com os fatos representados (Inc. I, §6º do art. 230 do RITCDF) | SIM | |

3. ANÁLISE PRELIMINAR DA ADMISSIBILIDADE:

| Requisitos | S/N/NA | Motivação para Negativa da Admissibilidade |
|---|--------|--|
| 3.1 - O Representante é legitimado? | SIM | |
| 3.2 - A Representação atende a todos os requisitos de admissibilidade? | SIM | |
| 3.3 - Há necessidade de apresentação de esclarecimentos por parte da jurisdicionada ou interessado, conforme § 7º art. 230? | SIM | |

² Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete: (...)

VII – fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal ou pelo Distrito Federal, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres; (...)

X – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, verificada a ilegalidade; (...)

XIV – apreciar e apurar denúncias sobre irregularidades e ilegalidades dos atos sujeitos a seu controle;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.963/19-e

Rubrica: _____

| | | |
|---|------------|--|
| 3.4 – Há pedido de cautelar nos termos do art. 277 do RITCDF? | NÃO | |
|---|------------|--|

4. CONCLUSÃO DESCRITIVA:

A Representação n.º 34/2019-GP2P (Peça n.º 3, e-DOC 9F20404C-e) trata de possíveis irregularidades na publicação dos atos realizados pelo IGESDF, violando a Lei de Acesso à Informação, bem como o art. 5º da Constituição Federal e as Leis Distritais 4.990/2012, 5.899/2017 e 6.270/2019.

2. A peça exordial preenche os requisitos de admissibilidade, podendo ser conhecida por esta Corte de Contas, com fundamento no art. 230, § 1º, inciso IV do Regimento Interno do TCDF³.

3. Merece nota que a atuação do IGESDF na saúde pública do DF ocorre em decorrência do Contrato de Gestão 1/2018 – SES/DF, firmado entre o Instituto e a jurisdicionada. Além disso, consoante a Lei Distrital 5.899/2017, art. 2º, compete à SES/DF supervisionar a gestão do Instituto.

4. Nesse sentido, a fim de esclarecer os apontamentos realizados na Representação 34/2019 – GP2P, faz-se necessária a oitiva da SES/DF e do IGESDF, na forma do art. 123, § 3º c/c art. 230, § 7º do Regimento Interno do TCDF.

E sugere, assim, ao egrégio Plenário:

I. conhecer da Representação 34/2019 – GP2P, formulada pela Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima (Peça nº 3, e-DOC 9F20404C-e), uma vez que atende aos requisitos de admissibilidades do parágrafo segundo do art. 230 do RITCDF;

II. determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem os esclarecimentos que entenderem pertinentes quanto ao teor da Representação, encaminhando cópia de todos os documentos referenciados em suas manifestações ou disponibilizando acessos aos respectivos processos eletrônicos;

III. autorizar:

a) o envio de cópia da Representação, do Voto e da respectiva Decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal para subsidiar o atendimento ao item II desta Decisão;

b) o retorno dos autos a Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para o exame de mérito da Representação.”

É o relatório.

³ Art. 230. O Tribunal receberá representações sobre ilegalidades, irregularidades ou abusos identificados no exercício da administração contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades sujeitos à sua jurisdição ou na aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal, ou por este, mediante ajuste de qualquer natureza.
§ 1º Têm legitimidade para representar ao Tribunal:

IV - membros do Ministério Público, inclusive do Ministério Público junto ao TCDF;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.963/19-e

Rubrica: _____

VOTO

Em apreciação, nesta oportunidade, a admissibilidade da Representação nº 34/2019-GP2P, formulada pelo Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, versando sobre a existência de possíveis irregularidades no Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF, consistentes na ausência de publicidade e transparência dos atos praticados por esse instituto, notadamente no que tange aos procedimentos de contratação/compras e de gestão de pessoal.

As irregularidades identificadas pelo ilustre representante, que, segundo o mesmo, sinalizam violação aos princípios da publicidade, da transparência e da moralidade e o art. 5º da Constituição Federal, bem como a dispositivos das Leis distritais nºs 5.899/17, 6.270/19 e 4.990/12, consistem, resumidamente, no que segue:

a) as despesas do instituto não estão registradas nos portais de transparência, compras governamentais e SIGGO, de forma que o seu endereço eletrônico é a única fonte de informação da aplicação dos recursos repassados;

b) as compras foram divulgadas de forma desordenada, sem obedecer a uma sequência numérica e ordem cronológica, além de não conterem uniformidade de informações, embora tenha havido vários atos praticados desde 2018;

c) pesquisa realizada, por amostragem, no sítio eletrônico do IGESDF, mostrou que alguns links oferecidos remeteram a páginas não encontradas e também não apresentaram o resultado em itens finalizados;

d) nos poucos relatórios disponibilizados pelo instituto, houve cotações/atos convocatórios que não foi possível visualizar as empresas participantes, com seus respectivos CNPJ, as suas propostas, eventuais desclassificações e as empresas vencedoras;

e) as tabelas disponibilizadas no campo “Pagamentos”, embora façam referências aos credores, não identificam o respectivo contrato ou número do processo de seleção do fornecedor;

f) os procedimentos de contratação e de pagamento não possuem numeração, de modo a permitir a identificação dos feitos a serem eventualmente requisitados pelos órgãos de controle.

Diante disso, o representante requereu a esta Corte de Contas que tome conhecimento da exordial e conceda prazo ao IGESDF para apresentação de esclarecimentos acerca dos fatos narrados na representação.

A Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp, considerando a Informação nº 70/2019-3ªDiasp, atestou o atendimento dos requisitos autorizadores do conhecimento da representação em tela, previstos no RI/TCDF.

Salientou, ainda, que a atuação do IGESDF, na saúde pública do DF, ocorre em decorrência do Contrato de Gestão nº 1/2018 – SES/DF, firmado entre o instituto e a Secretaria de Saúde, acrescentando que compete à essa secretaria supervisionar a gestão do IGESDF, de acordo com o art. 2º da Lei distrital nº 5.899/17.

Assim, sugeriu ao Tribunal, em linhas gerais, conhecer da exordial e conceder prazo ao IGESDF, e também à SES/DF, pela supervisão que lhe compete do instituto, para que apresentem os esclarecimentos que entenderem pertinentes quanto aos fatos narrados na representação.

Pois bem. Preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

| |
|-----------------------|
| TCDF - GCMA |
| Folha: |
| Processo: 23.963/19-e |
| Rubrica: _____ |

art. 230, § 2º, do RI/TCDF, conforme evidenciado pela Unidade Técnica, cabe conhecer da representação, com fixação de prazo ao IGESDF, e também à SES/DF, para manifestações quanto ao teor da representação.

Diante do exposto, acompanhando os termos da instrução, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento da Representação 34/2019 – GP2P, formulada pelo Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima (peça 3, e-DOC 9F20404C-e), uma vez que atende aos requisitos de admissibilidades previstos no art. 230, § 2º, do RI/TCDF, dando ciência desta decisão ao representante;

II – determine à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF que, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 230, § 7º, do RI/TCDF, apresentem os esclarecimentos que entenderem pertinentes quanto ao teor da representação em tela, encaminhando cópia de todos os documentos referenciados em suas manifestações ou disponibilizando acesso aos respectivos processos eletrônicos;

III – autorize:

a) o envio de cópia da aludida representação e do relatório/voto à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, para subsidiar o atendimento do item II anterior;

b) o retorno dos autos a Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para o exame de mérito da representação.

Brasília, em 24 de outubro de 2019.

MANOEL DE ANDRADE
Relator